



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



4 de junho de 2007

Vol. 2 No. 6

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Membros da OMS adotam resolução sobre inovação farmacêutica	1
NOTÍCIAS REGIONAIS	3
Brasil e União Européia: uma parceria estratégica	3
V Reunião Extraordinária do CMC: Banco do Sul pode ser realidade em junho	4
BREVES MULTILATERAIS	6
Decisão sobre subsídios a aeronaves adiada até julho de 2008	6
Monsanto tem patente de soja revogada	6
BREVES REGIONAIS	7
Brasil diversifica suas fontes energéticas	7
Bolívia e Venezuela celebram acordo para agilizar comércio bilateral no âmbito da ALBA	7
EVENTOS	8
INFORMAÇÕES ÚTEIS	10
FIQUE DE OLHO!	10

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Membros da OMS adotam resolução sobre inovação farmacêutica

A propriedade intelectual foi destaque da reunião anual da Organização Mundial da Saúde (OMS), que ocorreu de 14 a 23 de maio em Genebra. Após extensas negociações, os membros adotaram uma resolução de última hora baseada em uma proposta brasileira que conclama a OMS a cumprir um papel mais amplo, que encoraje pesquisa na área da saúde e promova seu acesso.

A resolução, intitulada "Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual", foi adotada na plenária final da 60ª Assembléia Geral da OMS, órgão que dita as diretrizes máximas em questões de saúde e é composto por representantes dos 193 países membros da OMS. Os Estados Unidos da América (EUA), entretanto, declararam estar dissociados da decisão.

A resolução refere-se largamente ao papel do secretariado da OMS de apoiar os trabalhos de um grupo de trabalho, responsável por desenvolver um sistema sustentável de apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) médicos. O Brasil afirmou que sua proposta foi desenhada para dar maior suporte e direção ao Grupo de Trabalho Intergovernamental em saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (IGWG, sigla em inglês). Muitos acreditam que esta é uma oportunidade para explorar alternativas às patentes de medicamentos, por meio da inovação e o desenvolvimento de medicamentos novos e mais acessíveis, voltados a doenças que afetam preponderantemente os países em desenvolvimento (PEDs) e os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). O IGWG foi fundado no ano passado para negociar uma estratégia global de pesquisa básica em saúde, e teve como base as recomendações da Comissão de Propriedade Intelectual, Inovação e Saúde Pública da OMS (CPIH, sigla em inglês).

O delegado chileno Maximiliano Santa Cruz afirmou que a resolução dará novo ímpeto ao processo. Ele

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

acrescentou que é bastante válido reiterar compromissos assumidos e ter um secretariado ativo.

Neste sentido, a resolução pede que o secretariado da OMS ajude a desenvolver propostas que vinculem os custos de P&D aos preços de medicamentos, vacinas, kits de diagnóstico e outros produtos de cuidado à saúde. Fontes afirmaram que o Brasil e outros países, entre eles Canadá, Chile e Noruega, originalmente defendiam a separação entre custos de P&D e os preços dos medicamentos. Objeções dos EUA, Japão e União Européia, no entanto, levaram à adoção de um texto final inicialmente sugerido pela Suíça. A Santa Cruz do Chile acredita que esta é uma boa resolução e lembra que as negociações iniciais evidenciavam posições bastante divergentes.

Além disso, a resolução estabelece que o secretariado da OMS deve fornecer apoio técnico e político a países que pretendem fazer uso das flexibilidades contidas no Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) e demais acordos internacionais. Em teoria, esta medida garantiria que a OMS desempenhasse papel mais relevante na interpretação das flexibilidades do Acordo TRIPs, dentre as quais destaca-se a licença compulsória para a promoção da saúde.

A resolução também pede maior apoio da OMS para realização de consultas regionais que busquem estabelecer prioridades regionais na área da saúde, o que é muito importante para os trabalhos do IGWG. Em uma reunião técnica da Assembléia do IGWG, ocorrida no dia 17 de maio, foram levantadas questões sobre o nível de participação de países da África e da América Latina em tais consultas, descritas pelo presidente do IGWG, o canadense Peter Oldham, como sendo absolutamente críticas. O vice-presidente do IGWG, Ahmed Ogwel, chefe das relações internacionais do Ministério da Saúde do Quênia, disse que o processo não vai bem nessa parte do mundo, e pediu maior apoio para consultas na África.

Na mesma reunião, a diretora geral da OMS, Margaret Chan, afirmou ter sido surpreendida pela complexidade que envolve o IGWG, mas que está cada vez mais ciente da importância dos direitos de propriedade intelectual para os membros da Organização. Seus comentários foram bem recebidos pelos delegados, que também questionaram o compromisso do secretariado da OMS com o processo do IGWG.

O diretor geral assistente, Howard Zucker, esclareceu que o papel do IGWG poderia estender-se para além do quadro atual, o que levaria o grupo a preparar uma estratégia e um plano de ação a tempo para a próxima Assembléia Geral da OMS, em maio de 2008. Ele

também afirmou que está totalmente comprometido com o processo do IGWG e que percebe o desejo geral de maior progresso. Para isso, os Membros devem esforçar-se motivados pelo desejo de evitar mortes e sofrimento desnecessários.

Resoluções sobre malária, gripe aviária e medicamentos pediátricos

A Assembléia Geral da OMS também abordou a relação entre propriedade intelectual e resoluções de saúde pública sobre gripe aviária, malária e medicamentos pediátricos.

Os membros concordaram com uma resolução "de última hora" sobre o compartilhamento do vírus da gripe e o acesso a vacinas e outros benefícios, proposta pela Indonésia. O texto buscava uma distribuição mais equitativa dos benefícios advindos de vacinas desenvolvidas a partir de amostras de vírus da gripe aviária. O Ministro da Saúde da Indonésia, Siti Fadillah Supari, explicou a decisão do país de suspender a distribuição da amostra do vírus da gripe aviária H5N1. Ele afirma que o governo receava que a OMS tivesse distribuído amostras sem seu consentimento, o que poderia ter resultado em direitos de propriedade intelectual que dificultassem o acesso a futuras vacinas por parte de PEDs.

O rascunho de uma resolução sobre a malária foi aceito pelos membros após pequenas consultas, principalmente Quênia e EUA. Cada um desses países havia submetido uma proposta em janeiro, que diferiam primordialmente quanto às referências às flexibilidades previstas no Acordo TRIPs. Quênia e outros PEDs desejavam incitar os membros a utilizar as flexibilidades de forma mais ampla em suas legislações, de modo a aumentar o acesso a medicamentos, diagnósticos e tecnologias preventivas contra a malária. Os EUA, por outro lado, juntamente com Suíça e Japão, defendiam que as flexibilidades do TRIPs não deveriam ser mencionadas no texto. O compromisso, alcançado em 21 de maio, inseriu uma definição de produtos farmacêuticos em nota explicativa inicial, que faz referência à Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPs e Saúde Pública. Fontes indicam que uma nota similar constava da resolução apresentada por Brasil-IGWG.

Em uma resolução que versava sobre "Melhores Medicamentos para Crianças", Brasil e Tailândia defenderam a inserção das flexibilidades do Acordo TRIPs, do IGWG e do acesso a medicamentos essenciais.

Fontes indicaram que as recentes decisões do Brasil e da Tailândia de licenciar compulsoriamente

medicamentos contra a AIDS não foram discutidas em detalhes durante a Assembléia Geral da OMS, o que frustrou muitas expectativas. Enquanto isso, o Ministro da Saúde da Tailândia, Mongkol Na Songkhla, anunciou que os dois países devem assinar um acordo de cooperação em matéria de saúde pública, que incluiria pesquisas para vacinas contra a gripe.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 18, 23.maio.2007, disponível em:

<<http://www.ictsd.org/weekly/07-05-23/story2.htm>>

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil e União Européia: uma parceria estratégica

Em 30 de maio, a União Européia (UE) apresentou sua estratégia para as relações bilaterais com o Brasil para o período que vai de 2007 a 2013. O documento foi elaborado pela Comissão Européia e enviado para discussão no Parlamento Europeu. Se aprovado, servirá de referência para a 1ª Cúpula Brasil-UE, que ocorrerá em Lisboa, Portugal, no próximo dia 4 de julho.

"Parceiro estratégico, ator econômico de primeiro plano na América Latina e líder regional." São estas as palavras usadas pela UE para definir o Brasil e são elas que darão o tom das relações bilaterais entre o país e o bloco até 2013. Ao outorgar ao Brasil o status de parceiro estratégico, a UE concede-lhe o mesmo tratamento dispensado até agora apenas a Canadá, China, Estados Unidos da América (EUA), Índia, Japão e Rússia. Este status oferece ao Brasil um canal privilegiado de comunicação e de cooperação com a UE, além de determinar a realização de Cúpulas periódicas - a primeira das quais, conforme mencionado ocorrerá já em julho próximo.

A Comissão Européia elegeu 10 prioridades na cooperação com o Brasil: (i) reforço do multilateralismo; (ii) direitos humanos; (iii) Metas do Milênio e desenvolvimento regional e social; (iv) política ambiental; (v) energia; (vi) reforço da estabilidade e da prosperidade na América Latina; (vii) avanços na agenda do Mercosul; (viii) reforço das relações econômicas e comerciais; (ix) justiça, liberdade e segurança; e (x) aproximação dos povos. Algumas destas áreas mereceram maior atenção por parte do bloco europeu.

Nos âmbitos ambiental e energético, a UE pretende implementar diálogos bilaterais, nos mesmos moldes dos diálogos já existentes em outras áreas, como ciência e tecnologia. No diálogo ambiental, a idéia é discutir temas como alterações climáticas, gestão de recursos hídricos, biodiversidade e desflorestamento, além de fazer avançar a idéia de um novo tratado internacional após a expiração do Protocolo de Quioto, em 2012. Ademais, a UE pretende investir 18 milhões de euros nos próximos 6 anos, especialmente em projetos de combate ao desmatamento na Amazônia. No diálogo energético, a UE quer discutir com o Brasil a possibilidade de celebração de um acordo-quadro internacional sobre energia. Além disso, a UE deseja estabelecer mecanismos de cooperação no setor com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No âmbito do fortalecimento das relações econômicas e comerciais, a estratégia inclui o debate sobre propriedade intelectual, política industrial e medidas sanitárias e fitossanitárias. Segundo dados apresentados no documento, o Brasil é o 11º maior parceiro comercial da UE, com um fluxo comercial que corresponde 1,8% do comércio exterior do bloco. No entanto, o Brasil é o principal sócio comercial da UE na América Latina e, dentre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é o que mais atrai investimento estrangeiro da UE - num total acumulado de 80,1 bilhões de euros. Ainda neste âmbito, a estratégia sugere a aproximação dos setores empresariais brasileiro e europeu como forma de fortalecer as relações econômicas e comerciais bilaterais. Nesse sentido, paralelamente à 1ª Cúpula Brasil-UE, ocorrerá a 1ª Mesa Redonda Empresarial Brasil-UE (*EU-Brazil Business Round Table*).

O documento também enfatiza a relevância do papel desempenhado pelo Brasil na América Latina e, particularmente, no Mercosul. Definido pelo bloco europeu como "um líder natural na América do Sul e um protagonista incontornável na América Latina", o Brasil é apontado como um dos principais fatores de estabilidade da região latino americana. Com efeito, por ser "o motor econômico da América do Sul", a condução de suas políticas econômicas terá uma influência na estabilidade e na integração econômicas de toda a região. Neste contexto, aliás, o documento ressalta as relações entre o Brasil e seus países vizinhos e afirma que elas "foram marcadas pela moderação, tal como se pode constatar pela forma como tratou questões relativamente às quais existem divergências de ponto de vista com a Venezuela e a Bolívia." Ademais, o Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Seixas da Costa, em comunicado à imprensa divulgado quando da confirmação da 1ª Cúpula Brasil-UE, afirma que "o papel estabilizador do Brasil no sub-continentesul-americano é também hoje um elemento

incontroverso, tal como o fato de pugnar, como nenhum outro Estado, pela integração econômica e política da região - do Mercosul à UNASUL -, em torno de valores democráticos e de liberdade econômica, que se cruzam com os que a Europa comunitária cultiva e promove."

Especificamente quanto ao Mercosul, a UE considera que "dado o peso do Brasil no Mercosul, o reforço da relação política da UE com um país de tamanha importância contribuirá para a integração intra-Mercosul, bem como para as relações UE-Mercosul." No entanto, a estratégia apenas reafirma de forma genérica o compromisso de celebração de um acordo de associação birregional, sem fornecer maiores detalhes.

Recorda-se que a aproximação da UE em relação ao Brasil já havia sido prevista no Programa das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena para a UE (vigente durante o ano de 2007 e durante o 1º semestre de 2008) e fora impulsionada especialmente por Portugal, que assume a presidência da UE no 2º semestre deste ano. Tal aproximação também havia sido negociada no âmbito das reuniões do Comitê Conjunto Brasil-UE, estabelecido pelo art. 29 do Acordo-Quadro celebrado em 1992. Na última reunião desta Comissão, aliás, ocorrida em Brasília em 21 de março deste ano, foi confirmada a realização da 1ª Cúpula Brasil-UE e o estabelecimento de um mecanismo de consultas sobre temas agrícolas, com particular ênfase no tema de medidas sanitárias e fitossanitárias.

Destaca-se, ainda, que a aproximação entre UE e Brasil insere-se em um contexto mais amplo, de reforço dos laços de cooperação do bloco europeu com os países da América Latina. Afinal, a estratégia do bloco para o Brasil foi anunciada pouco tempo depois de uma série de encontros de representantes do bloco com representantes mexicanos, dos membros do Diálogo de San José (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) e da Comunidade Andina, nos quais foram acertadas diversas iniciativas de cooperação (ver Pontes Quinzenal v. 2, n.4, 7 mai. 2007). O lançamento da estratégia europeia para o Brasil também coincide com a visita de Karl Falkenberg, Diretor-Adjunto de Comércio da União Europeia e Negociador Chefe do acordo com o Mercosul, aos 4 países fundadores do bloco sul americano, ocorrida na última semana de maio, cujo objetivo foi a retomada das negociações entre UE e Mercosul, paralisadas desde 2004.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Comissão Europeia. Draft of the Joint Communiqué of the 10th EU-Brazil Joint Committee. 21 mar. 2007. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/2007_joint_declar_en.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2007.

Comissão Europeia. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil. COM (2007) 281. 30 mai. 2007. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/com_07_281_pt.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2007.

Embaixada de Portugal no Brasil. O Brasil pela hora da Europa. Disponível em:

<http://www.embaixadadeportugal.org.br/destaques/detalhe.php?cod_noticia=198>. Acesso em: 30 mai. 2007.

Governo de Portugal. Programa para 18 meses das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena. Disponível em:

<http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/8E317B0B-CEE3-41D1-BC63-EE77550FE3AE/0/Programa_Trio_UE.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2007.

Decreto nº 1.721 - Promulga o Acordo Quadro de Cooperação, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho das Comunidades Europeias. 29 jun. 1992. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1995/D1721.htm>. Acesso em: 1 jun. 2007.

V Reunião Extraordinária do CMC: Banco do Sul pode ser realidade em junho

Durante os dias 21 e 22 de maio foi celebrada em Assunção, Paraguai, a V Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul. Participaram do encontro ministros da Economia, da Fazenda e das Relações Exteriores dos países Membros do bloco. Entre os temas mais importantes, destacam-se a avaliação do relatório do plano piloto para o uso de moeda local nas relações comerciais entre Brasil e Argentina; a criação do Banco do Sul; os Fundos de Convergência Estrutural (FCEs); o tratamento das assimetrias internas do bloco; a adesão da Venezuela ao Mercosul; e a preparação para a

reunião de altos servidores públicos em 18 e 19 de junho.

Um dos resultados positivos do plano piloto de uso de moeda local foi a decisão de que, a partir de outubro, Argentina e Brasil deixarão de utilizar o dólar em seu comércio bilateral. Estima-se que, caso a medida logre êxito, ela poderá ser estendida, em uma etapa posterior, a outros países da América Latina, de modo a avançar no desenvolvimento de um "sistema monetário regional".

Banco do Sul

O Banco do Sul, por sua vez, apresenta certas particularidades. Os ministros decidiram que os seis países que impulsionam a criação do Banco (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela) terão peso similar ao opinar sobre a condução e as decisões da entidade. A decisão procura marcar um posicionamento frente à gestão de organismos internacionais de crédito, nos quais o peso das decisões tomadas depende, em grande medida, da contribuição financeira dos acionistas. Para a Ministra argentina da Economia, Felisa Miceli, o Mercosul avança ao definir que o governo da entidade seja regido pela participação igualitária dos países Membros. Ela acrescenta, ainda, que o Bloco afasta-se de um modelo de gestão no qual a hegemonia é imposta por aqueles que detêm maior poder. Ainda resta definir o capital inicial com o qual o Banco do Sul será constituído, bem como a contribuição cabível a cada país.

Durante a reunião os Ministros também concordaram em convidar todas as nações sul-americanas a unirem-se ao projeto. O Uruguai, único Membro que não faz parte da iniciativa, mostrou-se incrédulo em relação à possibilidade de utilizar reservas monetárias para capitalizar a entidade. Para o chanceler uruguaio, Reinaldo Gargano, este é um tema complexo, e que não pode ser resolvido rapidamente.

Assimetrias

Com respeito às assimetrias estruturais e às políticas econômicas entre os Membros, decidiu-se levar a cabo uma reunião de alto nível que trabalhará para a instauração de um plano de ação de curto, médio e longo prazo. O chanceler uruguaio, país que atualmente manifesta as maiores insatisfações, afirmou que o Uruguai aportou uma proposta concreta sobre os temas relacionados às assimetrias entre economias de maior e menor porte, aos incentivos e ao tratamento de determinadas listas de produtos. Ele agregou, ainda, que nem todos os problemas são de simples resolução, mas que a reunião foi "séria e construtiva".

Quanto aos FCEs, foram aprovados dois projetos para o Uruguai e um para o Paraguai, os dois Membros "menores" do Mercosul, que, por sua vez, são os mais críticos do bloco pelas condições pouco favoráveis que dizem enfrentar.

Com relação à adesão da Venezuela ao bloco, decidiu-se formar um grupo de trabalho que complete a análise com aspectos pendentes que ainda devem ser trabalhados para a finalização do processo.

Lula visitou o Paraguai

Previamente à reunião do CMC, o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou Assunção com o propósito de reunir-se com o Presidente paraguaio, Nicanor Duarte, e tratar de diversos temas. Um deles foi a ratificação do compromisso de ambos os países de aprofundar o processo de integração do Mercosul, bem como a necessidade de construir uma posição coordenada no âmbito multilateral, em especial no marco da OMC, onde os países em desenvolvimento (PEDs) demandam a eliminação de subsídios agrícolas.

Um dos temas centrais das relações bilaterais foi a assinatura de um memorando de entendimento entre ambas as nações para a promoção da produção de biocombustíveis no Paraguai. Igualmente, foram discutidas as diferenças entre os países no que se refere à barragem hidrelétrica binacional Itaipu. O Paraguai afirma obter menos benefícios que o Brasil. Este tema gerou polêmica no Paraguai, pois não obstante o Presidente brasileiro tenha assegurado que não há temas proibidos em relação à barragem hidrelétrica e que o Brasil está aberto a discutir o desenvolvimento de novas formas de aproveitamento igualitário de Itaipú, nada foi concretizado em relação a uma eventual renegociação do Tratado entre os dois países, assinado em 1973. Por força deste acordo, o Paraguai deve vender ao Brasil a energia que não consumir - o que representa 93% da metade da produção da central - a preços inferiores aos do mercado. Como forma de compensação, o Brasil oferece promover maiores investimentos no setor industrial paraguaio, de modo a permitir a utilização total da energia a que tem direito.

A próxima reunião do Mercosul será realizada nos dias 18 e 19 de junho na Venezuela, e espera-se que seja assinado o documento que instituirá o Banco do Sul.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 09, 15.mai.2007. Disponível em:

<http://www.ictsd.org/puen_quince/index.htm>

Decisão sobre subsídios a aeronaves adiada até julho de 2008

O painel da OMC que analisa os bilhões de dólares gastos pela União Européia (UE) e pelos Estados Unidos da América (EUA) em subsídios aos fabricantes de aeronaves anunciou que divulgará sua decisão em Julho de 2008, mais de um ano após a data prevista pelo calendário original.

Em 18 de maio, o presidente do painel que examina a reclamação de Bruxelas contra a ajuda dos EUA à empresa Boeing declarou que as complexidades da disputa tornaram impossível que se chegasse a uma decisão dentro do prazo padrão (seis meses após a instauração do painel).

A disputa em torno dos subsídios a aeronaves - que também envolve uma reclamação dos EUA contra pagamentos feitos pela UE à empresa Airbus - é, em termos monetários, a maior já trazida perante a OMC. Bruxelas afirma que a Boeing foi beneficiada em US\$ 23,7 bilhões, provenientes do governo dos EUA, o que incluiu US\$ 4 bilhões em isenções fiscais e mais de US\$ 16 bilhões em ajuda para pesquisa e desenvolvimento (P&D) por meio da NASA e do Departamento de Defesa estadunidense. Por outro lado, Washington alega que os países da UE ajudaram a Airbus com mais de US\$ 100 bilhões. Não se espera uma decisão antes de setembro.

De acordo com as regras da OMC, se os membros de um painel perceberem que não serão capazes de respeitar o prazo de seis meses (contados a partir da instauração do painel), eles precisam informar os Membros da razão da demora e indicar uma data prevista para que se chegue à decisão final.

Longos atrasos em disputas na OMC não são incomuns: a decisão da Organização quanto a organismos geneticamente modificados foi proferida quase três anos depois que EUA, Canadá e Argentina ingressaram com a reclamação.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 18, 23.maio.2007, disponível em:

<<http://www.ictsd.org/weekly/07-0523/wtoinbrief.htm#1>>

Monsanto tem patente de soja revogada

O Escritório Europeu de Patentes (EPO, sigla em inglês) revogou patente da empresa Monsanto de uma técnica que modifica a soja geneticamente. Em uma decisão de 3 de maio, em Munique, Alemanha, a Corte de Apelação do EPO concluiu que a patente carecia de novidade e de transparência suficiente - designação que indica que um técnico na área poderia aplicar industrialmente o objeto da patente.

Essa patente tem sofrido oposição desde o início de sua vigência, 13 anos atrás, e é tida como a responsável por ter dado à Monsanto controle sem precedentes sobre a produção e venda de sementes de soja geneticamente modificadas. Aplicável a todas as espécies de soja, a patente cobre uma técnica que modifica geneticamente a soja sem identificar as seqüências genéticas em questão. A patente era protegida em 13 dos 32 países-membros do EPO.

O Dr. Christopher Then, especialista em patentes da organização não-governamental *Greenpeace*, disse que o caso demonstra que o EPO tem concedido patentes que cobrem amplos setores da agricultura sem que haja real cumprimento de um dos requisitos fundamentais de patenteabilidade: a novidade.

A patente foi concedida à empresa estadunidense de biotecnologia Agracetus em 1994, e na época enfrentou vigorosa e formal oposição da Monsanto, em conjunto com vários grupos ativistas de meio ambiente e empresas de agrobusiness. Em 1996, a Monsanto adquiriu a Agracetus e tomou o controle da patente, o que a ajudou a monopolizar cerca de 90% do mercado de soja geneticamente modificada.

O desafio que levou a patente a ser revogada foi lançado pelo Grupo ETC, uma organização civil internacional sediada no Canadá, com apoio de uma combinação incomum que envolve o Greenpeace, o "No Patents On Life!" ("Não a patentes de vida") e a multinacional Syngenta. Um dos principais argumentos veio de um cientista de ponta da Monsanto, que percebeu que a transparência da patente era insuficiente para permitir sua aplicação industrial, que é um dos requisitos de patenteabilidade.

Como a patente deve expirar em 2008, a Monsanto afirmou que não espera que a decisão tenha impacto em seus negócios. Todavia, Rainer Osterwalder, funcionário do EPO, enfatizou que a decisão será importante precedente para outras patentes de tecnologias geneticamente modificadas.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes* v. 07, n. 09, 11.maio.2007, disponível em:

<<http://www.ictsd.org/biores/07-05-11/index.htm>>

BREVES REGIONAIS

Brasil diversifica suas fontes energéticas

Ante a crise enfrentada com o governo boliviano no que tange a estatização das empresas energéticas que operam naquele país, o Brasil resolveu investir com mais afinco na busca de novos parceiros. Existe grande possibilidade de acordos com países como a Nigéria, Argélia e Marrocos, e algumas das iniciativas já começam a concretizar-se.

No dia 26 de maio, a Petrobrás firmou um Memorando de Entendimento com a estatal argelina Sonatrach, maior empresa de petróleo do continente africano e a 12ª no mundo, segundo a *Petroleum Intelligence Weekly* (PIW). O objetivo do Memorando é estudar, entre outros projetos, uma possível cooperação no suprimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), de modo a atender os terminais de importação dos produtos que estão sendo implantados pela Petrobras em Pecém (CE) e na Baía da Guanabara (RJ).

O GNL destinaria-se basicamente às unidades térmicas de geração de energia, 13 das quais são de propriedade da própria empresa. Segundo a Petrobrás, o gás também seria utilizado caso houvesse falta de água e as hidrelétricas não pudessem gerar a quantidade necessária de energia. De fato, a demanda por gás nas termelétricas é maior quando os reservatórios das hidrelétricas estão mais vazios, o que ocorre de maio a outubro, época em que a procura por GNL no mercado internacional é menor. Dessa forma, o projeto seria uma solução economicamente viável para garantir o suprimento necessário de gás para o funcionamento destas usinas, o que garantiria a confiabilidade das termelétricas.

A Petrobrás também fechou um acordo com a empresa marroquina Onhym para estudar a viabilidade de uma unidade de extração de óleo combustível de xisto betuminoso (rocha capaz de produzir os mesmos derivados do petróleo). O Marrocos - único país da África do Norte que não produz petróleo - possui três grandes reservas de xisto, que somam mais de 90 bilhões de toneladas. Como este país importa todo o combustível que consome, e tendo em vista os altos

preços do petróleo, ele está decidido a investir em fontes alternativas de energia. A cooperação na área de energia e mineração é um tema bastante discutido com o Brasil, mas a parceria poderá englobar também outros temas do comércio. De acordo com Paulo Atallah, vice-presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, os países árabes têm enorme potencial para produtos brasileiros: nos últimos cinco anos o Brasil triplicou suas exportações para os países da região. Ainda assim, entretanto, as vendas não chegam a 2% de suas importações.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Estado de São Paulo. Disponível em:

http://search2.estadao.com.br/cgi-bin/busca.cgi?ul=http%3A%2F%2Ftxt.estado.com.br%2F%25&s=date&uf_full=SP&Palavra=&hdnLimpar=0&prod=http%3A%2F%2Fxt.estado.com.br%2F%25&q=Nig%2E9ria+pode+ser+alternativa+ao+g%2E1s+boliviano+para+o+Brasil. Acesso em: 28 mai. 2007.

Estado de São Paulo. Disponível em:

http://search2.estadao.com.br/cgi-bin/busca.cgi?ul=http%3A%2F%2Ftxt.estado.com.br%2F%25&s=date&uf_full=SP&Palavra=&hdnLimpar=0&prod=http%3A%2F%2Fxt.estado.com.br%2F%25&q=Pa%2EDs+assina+acordo+com+a+Arg%2E9lia. Acesso em: 28 mai. 2007.

http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/index.php?pg=cl_abr e&cd=gekYYd9,DScfi. Acesso em: 28 mai. 2007.

http://www.noticiaspetrobras.com.br/interna.asp?idioma=port&id_noticia=3047&nome=Internacional&id_editoria=23. Acesso em: 28 mai. 2007.

<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTC od=262626>. Acesso em: 28 mai. 2007.

<http://www.clicbrasil.com.br/portal/noticia.php?IdNoticia=28487>. Acesso em: 28 mai. 2007.

Bolívia e Venezuela celebram acordo para agilizar comércio bilateral no âmbito da ALBA

No último dia 17 de maio, o Ministério de Relações Exteriores da República da Bolívia divulgou acordo celebrado com a Venezuela referente ao tratamento privilegiado que as exportações bolivianas destinadas a

este país gozarão. Trata-se de uma medida de implementação do acordo de complementação Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), também conhecida como Tratado de Comércio dos Povos (TCP).

O acordo consiste em um mecanismo especial para a tramitação do chamado "Certificado de Não Produção ou Produção Limitada" e na alocação de recursos para a importação. Trata-se de dois requisitos exigidos pelo governo venezuelano para a importação de bens e que são questionados por parceiros comerciais da Venezuela, como a Costa Rica. O mecanismo especial acordado visa a agilizar os procedimentos das importações venezuelanas procedentes da Bolívia e a dispensar um tratamento preferencial a tais importações, para, com isto, diminuir o tempo de tramitação destas, algo que era considerado prejudicial para os exportadores bolivianos. Os principais beneficiários deste tratamento preferencial serão os pequenos e médios produtores.

Na Venezuela, os procedimentos especificados no acordo serão executados pelo Ministério do Poder Popular para a Alimentação, pela Comissão de Administração de Divisas e pelo Serviço Nacional Integrado de Administração Aduaneira e Tributária. No final de março, a implementação destes requisitos gerou reações energéticas entre autoridades dos setores produtivos bolivianos, que alegaram que os requerimentos venezuelanos constituíam barreiras ao comércio e violações dos acordos comerciais celebrados pelo país, em especial no que tange o TCP.

O novo acordo, portanto, poderá viabilizar a superação de divergências entre Bolívia e Venezuela relativas aos mecanismos de importação adotados por esta e que são considerados por aquela como barreiras ao comércio.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 4, n.10, 29 mai. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf
Local: Genebra, Suíça

4 a 8 de junho
Semana NAMA

4 de junho
Reunião do Órgão de Apelação

5 de junho
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento (WTO/AIR/3021)

5 e 6 de junho
Reunião do Conselho TRIPs (WTO/AIR/3016/Rev.1 Rights)

6 de junho
Reunião do Comitê sobre Comércio e Serviços Financeiros (WTO/AIR/3024)

7 de junho
Reunião do Comitê sobre Compromissos Específicos (WTO/AIR/3025)
Reunião do Conselho sobre Comércio em Serviços (WTO/AIR/3023)

7 e 8 de junho
Reunião do Grupo de Negociação para facilitação do comércio (WTO/AIR/3020)

8 de junho
Sessão especial do Conselho sobre Comércio em Serviços (WTO/AIR/3026)

11 e 12 de junho
Sessão especial do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente (WTO/AIR/3019)

11 e 13 de junho
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas de Comércio - caso República Central Africana (WTO/AIR/3011)

UNCTAD

<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>

4 a 6 de junho
Workshop sobre os procedimentos de solução de disputas da OMC: medidas sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas ao comércio e agricultura
Local: Riad, Arábia Saudita

ONU

<http://www.un.org/esa/meeting.htm>

Nova Iorque, EUA

11 a 29 de junho
67ª Sessão do Comitê sobre Contribuições

11 de junho a 06 de julho
47ª Sessão do Comitê para Programas e Coordenação

Genebra, Suíça

11 a 15 de junho
46ª Sessão do Comitê sobre Direitos da Criança
(reunião preparatória do grupo de trabalho)

11 a 18 de junho
5ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos

Banco Mundial

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,enableDHL:TRUE~HIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>

13 a 15 de junho
CReCER: Contabilidade e prestação de contas para crescimento econômico regional
Local: México

14 de junho
Convenção sobre direitos das pessoas com deficiências: oportunidades para agências de desenvolvimento no setor de infra-estrutura
Local: Washington

Fóruns Regionais

CEPAL

<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>

05 de junho
Comitê do Todo - Reuniões e Seminários técnicos da CEPAL
Local: Nova Iorque, EUA

11 de junho
Reunião do grupo de trabalho Censos CEPA-CEPAL:
Rodada de Censos 2010 - uma visão autorizada
Local: Santiago, Chile
Reunião regional sobre a cooperação francesa
Local: Santiago, Chile

13 de junho
Seminário sobre boas práticas do desenvolvimento energético a respeito do desafio de conservação de áreas protegidas
Santiago, Chile

Mercosul

<http://www.mercosur.int/msweb/porta%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>

4 de junho
Reunião do grupo ad hoc de relacionamento externo - Mercosul/Israel
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

4 e 5 de junho
Reunião de Ministros da Cultura
Grand Hotel del Paraguay, Assunção, Paraguai

4 a 6 de junho
Reunião do grupo ad hoc de biotecnologia agropecuária
MRE Paraguai, Assunção, Paraguai

5 e 6 de junho
Reunião do Comitê Técnico n.º 06 (estatísticas de comércio)
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

5 a 7 de junho
Reunião dos Ministros de Turismo do Mercosul
Granados Park Hotel, Assunção, Paraguai
Reunião Especializada sobre Turismo
Granados Park Hotel, Assunção, Paraguai

5 a 8 de junho
Reunião ordinária do Comitê de Cooperação Técnica
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

7 e 8 de junho
Reunião do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai
Reunião do SGT n.º 08 (agricultura)
MRE Paraguai, Assunção, Paraguai

11 a 13 de junho
Reunião da Comissão de Comércio
Secretaria do Mercosul, Montevideu, Uruguai

13 a 15 de junho
Reunião do SGT n.º 04 (assuntos financeiros)
Banco Central do Paraguai, Assunção, Paraguai
Reunião do SGT n.º 02 (aspectos institucionais)
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

14 e 15 de junho
Reunião do ACE n.º 35 - Mercosul/Chile (GAH de serviços)
MIC, Assunção, Paraguai

15 de junho
Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul
Assunção, Paraguai

16 de junho
XII Reunião de Ministros e Autoridades de
Desenvolvimento Social (RMADS)
Assunção, Paraguai

Comunidade Andina

<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/euniones.htm>

Até o fechamento da edição, a agenda de junho ainda não havia sido divulgada.

Outros Fóruns

OCDE

5 e 6 de junho
Fórum Internacional sobre perspectivas da África para
acesso à água e saneamento
OCDE, Paris

14 e 15 de junho
Fórum global sobre produção agrícola - Bioeconomia:
mito ou realidade?
OECD, México

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Curso de Inverno de Direito Internacional - 2007

O CEDIN e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, promovem o III Curso de Inverno de Direito Internacional, que irá ocorrer de 02 a 20 de Julho de 2007, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte. Confira maiores informações em:

http://www.cedin.com.br/100atividad_pgs/atividad002.htm

Oportunidades de trabalho na ONU

Foram anunciadas algumas vagas disponíveis em cargos na ONU. Para maiores informações sobre os requisitos e prazos de inscrição, acompanhe:

http://unfccc.int/tools_xml/ie07.019.pdf
http://unfccc.int/tools_xml/ie07.021.pdf
http://unfccc.int/tools_xml/ie07_022._pdf

Carta de Genebra

Informativo sobre as negociações da OMC, em seus diversos comitês.

http://www.mre.gov.br/carta_genebra/cartadegenebra_2_07.pdf

FIQUE DE OLHO!

Divulgação de relatórios

OMC

A OMC lançou relatório sobre o caso *US Gambling* (WT/DS/285) e a questão do sistema de faixa de preços do Chile (WT/DS/207). Veja em:

http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/dsb_22_may07_e.htm

Trade Policy Review – Índia

O crescimento econômico da Índia tem sido expressivo desde 2001, especialmente entre 2003/2004. Os indicadores mostram que este ritmo continuará, mas que ainda são necessárias reformas institucionais para garantir que o crescimento econômico promova melhora nos indicadores sociais, tais como redução da pobreza e da mortalidade infantil. Para mais informações:

http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm
>
http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/india_e.htm

FMI

O FMI divulgou seu Manual sobre transparência fiscal, que segue a mesma linha do Código de Boas Práticas e Transparência Fiscal, mas traz exemplos mais recentes de boas práticas dos países. Para maiores informações:

<http://www.imf.org/external/pp/longres.aspx?id=4177>

Banco Mundial

Divulgado relatório do Banco Mundial sobre a informalidade na América Latina e as barreiras ao crescimento e bem estar social. Mais informações em:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/0,contentMDK:21345557~pagePK:146736~piPK:146830~theSitePK:489669,00.html>

ONU

Lançado documento do Grupo de Especialistas em

Transferência de Tecnologia. O Grupo de Especialistas em Transferência de Tecnologia da ONU nasceu em 2001 com o objetivo de avançar nas negociações sobre transferência de tecnologia. A brochura lançada traz os avanços obtidos pelo grupo nas diversas áreas que o tema envolve. Veja em:

<http://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/egtt_en_070523.pdf>

Programa de Trabalho de Nairóbi

O secretariado da ONU produziu um documento que traz informações e avanços no Programa de Trabalho de Nairóbi, incluindo seus objetivos, áreas de trabalho e detalhes das assinaturas e ratificações. Disponível em:

<http://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/nwp_en_070523.pdf>

Diversos

Finalizado o foro de líderes do Mercosul

Com a adoção da Declaração de Tucumã, foi finalizado na Argentina o Primeiro Foro de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Detalhes em:

<http://www.prensamercur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=3193>

Indicativos comerciais

De acordo com estatísticas, as exportações da Comunidade Andina registraram crescimento de 12,5%, e a Bolívia registrou balança comercial favorável no primeiro quadrimestre de 2007. Confira em:

<http://www.elregionalpiura.com.pe/archivonoticias_2007/mayo_2007/mayo_22/nacionales_22.htm>

<<http://www.eldeber.com.bo/2007/2007-05-22/vernotaeconomia.php?id=1306>>

Índia quer mais negócios com Mercosul

A Índia acena ampliar de 20% para 50% a preferência tarifária para produtos do Mercosul, para expandir significativamente os negócios entre essas grandes economias em desenvolvimento. No entanto, ainda existem empecilhos para tanto, tais como a ratificação brasileira do acordo de preferências tarifárias fixas, assinado em abril de 2005, que reduz as alíquotas de um número limitado de produtos. Veja mais detalhes em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=340494>

Fórum da OMC

Nos dias 4 e 5 de outubro acontecerá o Fórum Público da OMC "How Can The Wto Help Harness Globalization?". Representantes da sociedade civil e demais interessados devem enviar propostas até o dia 29 de junho. Mais detalhes em:

<http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum2007_e/forum07_e.htm>

Litígio no caso da RCTV

A Corte Interamericana deu início ao processo judicial contra a Venezuela, no caso do fechamento da RCTV. Veja mais em:

http://www.eluniversal.com/2007/05/25/pol_art_corte-interamericana_298833.shtml

Negociações de agricultura na OMC

O embaixador Crawford Falconer, presidente das negociações sobre agricultura na OMC, circulou, em 25 de maio, o segundo documento com os desafios que devem ser enfrentados pelo grupo durante as negociações, com o objetivo de provocar comentários dos membros nos pontos em que o consenso deve ser alcançado. Veja em:

<http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agchairtxt_25may07_e.doc>

América Latina fará intercâmbio de software livre

Países da América Latina devem utilizar software livres (que não precisam de licença de uso) na administração pública. A iniciativa, que já conta com a participação de Brasil, Cuba, Venezuela, Colômbia e Uruguai, irá divulgar programas utilizados em algumas nações e auxiliar a adaptá-los para que possam ser implementados em outros locais. Veja mais informações em:

<<http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=2688&lay=apu>>

Estados Membros do IICA aprovam programa hemisférico sobre agroenergia e biocombustíveis

Durante a recente reunião do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), os Estados Membros deram início ao Programa Hemisférico de Cooperação Técnica

Horizontal em Agroenergias e Biocombustíveis 2008-2010. Veja mais informações em:

<<http://www.iica.int/prensa/iicaconexion/2007/n6/n6-2007.html#b2>>

Lançamento de livros

Banco Mundial

O Banco Mundial lançou no último mês três obras de grande importância para o desenvolvimento sustentável:

"Globalization for Development, Revised Edition: Trade, Finance, Aid, Migration, and Policy". O livro identifica os modos pelos quais a globalização pode combater a pobreza ou torná-la pior, identifica os grandes fluxos globais (comércio, finanças, ajudas, migrações e idéias) e sua contribuição para o desenvolvimento econômico. ISBN: 0-8213-6929-6, ISBN-13: 978-0-8213-6929-6, SKU: 16929.

"Little Data Book 2007": o livro traz dados sobre 54 itens do desenvolvimento de cada um dos países-membros do Banco Mundial e outras economias com mais de 30 mil pessoas. ISBN: 0-8213-6965-2, ISBN-13: 978-0-8213-6965-4, SKU: 16965.

"The Little Green Data Book 2007": nos mesmos moldes do predecessor, o livro traz dados sobre 50 itens do desenvolvimento de cada um dos países-membros do Banco Mundial e outras economias com mais de 30 mil pessoas. ISBN: 0-8213-6967-9, ISBN-13: 978-0-8213-6967-8, SKU: 16967

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.